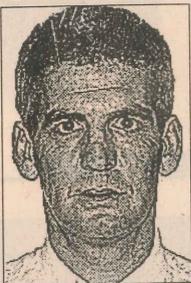


Nova política urbana

Douglas Cerqueira

A partir deste mês, os capixabas estão com nova administração para os rumos e destinos da cidade de Vitória. Ano novo, vida nova e sangue novo, no sentido da oxigenação das idéias e da recomposição das peças do novo jogo do poder municipal.



Como a nova administração pública é de continuidade, o novo jogo não parece ter a cara de um quebra-cabeça chinês, onde, à primeira vista, as peças não têm a menor possibilidade de encaixe, por serem todas aparentemente iguais. Por isto mesmo, só um "gênio" tem condições de não esmorecer diante do desafio da montagem do cenário final. Parece mais com um engenhoso movimento de tabuleiro de xadrez, onde o rei é a peça a ser defendida, o alvo e objetivo final do grande climax da jogada. O rei do tabuleiro de xadrez da nova administração é a cidade de Vitória.

Enveredando pelos caminhos do racionalismo, o novo prefeito já começa propondo uma revisão, atualização e adequação da estrutura e funcionamento do Executivo municipal, através de quatro novas diretrizes: planejamento e desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico e financeiro, infraestrutura da cidade e segurança pública.

Com isso, desponta o início da estruturação de uma nova política urbana, que é fundamental para qualquer desenvolvimento racionalizado da cidade. Só não dá para compreender porque separar planejamento e desenvolvimento urbano de infraestrutura da cidade, se ambas as questões são interdependentes e uma não existe sem a outra.

O grande passo do racionalismo para uma nova estrutura é tratar a questão econômica-financeira em uma pasta específica e a questão do planejamento e desenvolvimento urbano em outra. Se as duas questões se encontram no meio do caminho, se integram de acordo com a idiossincrasia de cada uma. Mas não sob a égide exclusiva da Economia per se.

A questão urbana deve contemplar a metodologia e a técnica específica para projetar, desenvolver e implementar ações que contribuam, no mínimo, pa-



ra ordenar o desenvolvimento físico-territorial da cidade. É nesse espaço que as relações de produção se dão. Lugar privilegiado para se compreender a questão urbana.

A proposta vem ao encontro das estruturas mais atualizadas e modernas da gestão pública municipal, a exemplo do que se fez no Rio de Janeiro, e em outras cidades mais, que separaram o desenvolvimento urbano da questão da habitação. Uma Secretaria de Urbanismo e outra de Habitação são plenamente justificáveis e adequadas.

O urbanismo é, antes de tudo, uma ciência que se dedica ao conhecimento da cidade, estudando metodicamente os fatos e dados, pesquisando causas e efeitos que vão determinar,

quando não leis e normas, ao menos princípios diretores para as áreas ou regiões em que se encontram.

Além do mais, é premente a necessidade de traçar uma política urbana global para Vitória, de forma ampla, e que abarque uma série de fatores multidisciplina-

res que podemos e devemos implementar, com a perspectiva de se criar um modelo próprio e autóctone de desenvolvimento integrado, equilibrado e racional, com repercussões diretas na qualidade de vida urbana e habitacional da população,

com o meio físico artificial em total consonância com o meio físico natural.

Uma nova política urbana passa por contemplar a perspectiva do ponto de vista da Região Metropolitana, cuja consolidação atrasada faz com que

corra o perigo de que os problemas resultantes da falta de intervenção em seu devido tempo já não permitem mais prevenir qualquer situação, e sim remediar. E como toda ação remediadora não ataca o mal pela raiz, podemos acabar em um beco sem saída, inviabilizados pela falta de estrutura e racionalismo urbano funcional.

Para tanto, uma ação primordial desta nova política de desenvolvimento urbano é lançar mão do recém-elaborado planejamento estratégico da cidade e junto com a lei de uso e ocupação do solo (comumente chamada de PDU), que hoje controla e normatiza o crescimento urbano de Vitória, complementar a elaboração de um completo e atualizado Plano Diretor Urbano, tanto em seus aspectos físico-territoriais como sócio-econômicos.

Obviamente, isto se completa com ações pontuais corretivas e prospectivas do desenvolvimento de qualquer cidade do mundo, nos aspectos do uso do solo, habitação, paisagismo, desenho urbano, transporte urbano, sistema viário e tantos outros que conformam nossa realidade.

Se queremos destacar Vitória como um lugar de referência nacional, a exemplo de Curitiba, teremos que desenharmos física, econômico, social e urbanisticamente o nosso desenvolvimento arquitetônico e viário, de forma integrada com a geografia circundante e o ecossistema dominante, os quais são marcantes e determinam o perfil da cidade na qual estamos inseridos. Este é o maior trunfo e patrimônio da cidade. Um lugar privilegiado pela presença da montanha e do mar. Terra e água que nos circundam. E não podemos perdê-los nem tampouco descaracterizá-los, sob o risco de perdermos tudo o que temos de melhor. Esta perda seria definitiva e irreversível.

Assim, a visão urbanística na condução dos destinos de Vitória é determinante para se alcançar o equilíbrio, pois como diz o grande urbanista Lewis Mumford, "a cidade não é apenas um fato físico, mas uma instituição social. E, no seu sentido completo, é um plexo geográfico, uma organização econômica, um processo institucional, um teatro de ação social e um símbolo estético da unidade coletiva". Ou seja, universo bastante amplo e complexo, que merece o devido tratamento dentro dos limites da nova política urbana a ser adotada pela nova administração.

Douglas Cerqueira é arquiteto